

O Sindicato dos Bancários deseja
a todos um Feliz Natal e
um 2024 repleto de realizações.

Lá bem no alto do décimo segundo andar do ano
Vive uma louca chamada Esperança
E ela pensa que quando todas buzinas
Todos os tambores
Todos os reco-recos tocarem:

– Ó delicioso vôo!

Ela será encontrada miraculosamente
incólume na calçada – outra vez criança
E em torno dela indagará o povo:

– Como é o teu nome, meninazinha
dos olhos verdes?

E ela lhes dirá

(É preciso dizer-lhes tudo de novo)

Ela lhes dirá bem alto, para que não se esqueçam:

– O meu nome é ES – PE – RAN – ÇA ...

Mário Quintana

Assembleia remota sobre Saúde Caixa será dia 16 de janeiro

Seguindo orientação da Contraf-CUT, uma nova assembleia para as bases que rejeitaram o acordo do Saude Caixa, como é o caso do Rio de Janeiro, será dia 16 de janeiro de 2024, das 9h às 18h. A votação será pela plataforma Vota Bem.

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por seu Presidente abaixo assinado, nos termos de seu Estatuto, CONVOCA todos os bancários, sócios e não sócios, ativos e aposentados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e suas subsidiárias, a BNDES Participações S/A - BNDESPAR e a Agencia Especial de Financiamento Industrial - FINAME, da base territorial deste sindicato, para a assembleia extraordinária específica que se realizara de forma remota/virtual durante o período das 09:00 horas até as 20:00 horas do dia 21 de dezembro de 2023 precedida de uma "live" para debates a partir das 18 horas do dia 20.12.2023, para deliberação por parte dos bancários ativos, sócios e não sócios do Acordo Coletivo de Trabalho sobre o Benefício de Assistência a Saúde - ACT - Saúde, com reflexos no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2022/2024 e o Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2024 sobre Relações Sindicais; e para deliberação por parte dos aposentados, sócios ou não sócios, do Acordo Coletivo de Trabalho sobre o Benefício de Assistência a Saúde - ACT Saúde, com reflexos no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2022/2024 todos os acordos a serem celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e suas subsidiárias, a BNDES Participações S/A - BNDESPAR e a Agencia Especial de Financiamento Industrial - FINAME, na forma disposta no site www.bancariosrio.org.br (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a referida deliberação.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2023.

Jose Ferreira Pinto
Presidente

Atenção: Assembleia do BNDES será nesta quinta-feira (21) e live na quarta (20)

Funcionários e funcionárias do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e suas subsidiárias BNDES Participações, BNDESPAR e FINAME participam nesta quinta-feira (21) de assembleia virtual para deliberar sobre o Acordo Coletivo de Trabalho e o termo aditivo sobre Relações Sindicais e também para os aposentados decidirem sobre o Benefício de Assistência de Saúde. A votação remota acontecerá das 9h às 20h.

Ao contrário do que publicamos na versão impressa do Jornal Bancário desta semana, a live será realizada na quarta-feira (20), a partir das 18h, e não no mesmo dia da assembleia.

Acompanhe em nosso site, o link e informações para participar da assembleia: www.bancariosrio.org.br.



COP 28 traz avanços para meio-ambiente, mas não inclui trabalhadores

Com a participação de representantes de 190 países, incluindo o presidente Lula, terminou no último dia 13 de dezembro em Dubai, nos Emirados Árabes, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28). O documento final do encontro trouxe avanços para diminuir o uso dos combustíveis fósseis em todo o planeta a fim de evitar que o aquecimento global chegue a um ponto sem retorno, o que seria uma catástrofe para a vida na Terra.

ENERGIA RENOVÁVEL

Cida Cruz, diretora da Secretaria de Meio-Ambiente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, avaliou o resultado da conferência internacional. “O ponto positivo foi incluir no texto final a transição dos combustíveis fósseis para a energia renovável até 2050 e propor que seja triplicada a capacidade desta energia alternativa em nível mundial até 2030. Mas não houve avanço no que diz respeito à inclusão dos trabalhadores no debate e de normas para reduzir as



desigualdades sociais”, afirmou. Para o representante da CUT no evento, o secretário de Relações Internacionais, António Lisboa, além da falta de inclusão dos trabalhadores nos debates, a questão dos valores a serem destinados ao fundo também não foram devidamente tratados.

“O balanço que faço é o de que três cenários não foram devidamente tratados como se de-

veria. O aumento da temperatura global que não pode passar de 1,5º, porque depois disso é um cenário meio que de fim do mundo, de apocalipse; a inclusão dos trabalhadores no documento final para que eles não paguem pelas mudanças climáticas, perdendo direitos e renda na transformação da energia de combustíveis fósseis para a limpa e a questão do fundo financeiro para se fazer essa transição”, explicou.

Bancários voltam a debater programas de remunerações com o Santander

Sindicatos cobram o fim de metas desumanas e querem mais transparência nos programas remuneratórios

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander voltou a se reunir com a direção do banco, na quinta-feira passada (14), para discutir o cumprimento da cláusula 87 da Convenção Coletiva de Trabalho, que prevê o debate sobre as formas de acompanhamento das metas estipuladas para cada trabalhador e suas cobranças; o programa de incentivos aos funcionários da rede de agências no Brasil; e o programa "Mais Certo", por meio do qual o banco estabelece as metas semestrais para cada segmento de especialistas.

FALTA TRANSPARÊNCIA

Na primeira reunião, realizada em novembro, os representantes dos trabalhadores cobraram mais transparência em relação ao processo. Por isso, o banco apresentou os detalhes dos programas para os funcionários da rede de agências e para os trabalhadores dos departamentos. Em ambos os casos as metas são estabelecidas semestralmente. A avaliação é dividida

50% pelo resultado, com entrega das metas; 40% por competência comportamental estabelecida por cada área ou rede de agências; e 10% relacionada ao risco de cada área. "O que cobramos é mais transparência nos critérios do banco em relação às remunerações relacionadas às metas. Defendemos um modelo mais humano, pois o atual adoce os bancários, inclusive com prática de assédio moral, o que leva muitos dos empregados a tomar medicamentos tarja preta", explicou o diretor do Sindicato do Rio e representante da COE, Marcos Vicente.

TREINAMENTO E COMUNICAÇÃO

O movimento sindical quer que o grupo espanhol amplie os canais de treinamento a todos os trabalhadores da rede, para que eles tenham total clareza das métricas dos programas de remuneração, como também do código das normas de conduta, a fim de que possam desempenhar suas atividades. Os sindicatos querem



ainda um incentivo no cumprimento das metas, como um bom atendimento aos clientes, minimizando as reclamações junto aos canais de atendimento do banco. O Santander se comprometeu a melhorar a comunicação, o treinamento e a divulgação das tais regras aos funcionários.

DENUNCIE AO SINDICATO

A COE destacou também a importância de um canal de contestação disponível a todos os especialistas da rede de agências visando a correção ou esclarecimento das vendas realizadas no programa Mais Certo. O banco

prometeu trazer um novo formato de canal de contestação aos gerentes, para reduzir o número de reclamações, afim de que os trabalhadores possam tirar suas dúvidas.

"Os bancários devem sempre manter o feedback com o Sindicato para que possamos definir as pautas e reivindicações que serão levadas à mesa de negociação", concluiu Vicente. As denúncias e dúvidas dos bancários devem ser levadas à Secretaria de Bancos Privados, pelos telefones (21) 2103-4121/4124/4172. O banco se comprometeu a continuar o debate na segunda quinzena de janeiro de 2024.

Caixa terá que mostrar ao MPT que prioriza vagas de teletrabalho para PCDs

Pais de crianças com até seis anos de idade também precisam ter prioridade para o trabalho remoto ou teletrabalho

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) participaram, na segunda-feira passada (11), de uma audiência com o banco na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT). O objetivo da reunião é para tratar da denúncia de descumprimento pelo banco do artigo 75-F do Decreto-Lei 5452/1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O texto prevê que a empresa deve priorizar os empregados portadores de deficiência e os trabalhadores com filhos ou crianças sob guarda judicial até quatro anos de idade para as vagas de teletrabalho ou trabalho remoto no banco.

A prioridade também está definida no artigo 7º da Lei



14.457/2022. "A Caixa tem reafirmado nas reuniões com a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) que cumpre a legislação, mas os sindicatos têm recebido denúncias de que isso não tem acontecido de fato. Agora, a direção da estatal terá que comprovar ao Ministério Público do Trabalho que está mesmo priorizando as Pessoas com Deficiência para essas vagas de tra-

balho em casa", disse o diretor do Sindicato do Rio e presidente da Apecef-RJ, Paulo Matileti.

PEDIDO DO MPT A CAIXA

As entidades de representação das empregadas e empregados apontaram os casos em que trabalhadores pediram formalmente para o banco cumprir suas funções na modalidade de

teletrabalho e tiveram o pedido negado, após determinação do MPT. A Caixa terá que apresentar a relação total das PCDs e de pais de crianças com até seis anos de idade, no prazo de 15 dias e se manifestar sobre as situações apresentadas pelas entidades sindicais. As informações apresentadas, tanto pelas entidades sindicais, quanto pelo banco, deverão ser protocoladas sob sigilo, para resguardar possíveis dados sensíveis.

PROCURE O SINDICATO

Os bancários e bancárias que se enquadram nestes casos e não estão tendo seus direitos garantidos devem levar sua denúncia ligando para a Secretaria de Bancos Públicos do Sindicato pelos telefones (21) 2103-4122/4123 para que a entidade possa tomar

Banco do Brasil: Sindicato cobra providências em caso de racismo no Rio

Diretor do Sindicato denuncia que gestora nada fez após o caso e Gerência de Gestão de Pessoas (Gepes) não dá solução e trata situação com extrema morosidade

A expressão “lei para inglês ver” surgiu no Brasil em 1831, quando o então Regente Feijó, cedendo à pressão dos ingleses, promulgou uma lei que proibia o tráfico de escravizados. A expressão logo tomou conta das ruas, pois todos sabiam da ineficácia da legislação, pois mesmo após sua promulgação, cerca de 750 mil escravos foram trazidos da África para o Brasil. Infelizmente, parece que a expressão ainda encontra eco entre alguns gestores do BB no Rio de Janeiro, a cidade que recebeu o maior número de escravizados no mundo.

“Como uma instituição que é presidida por uma mulher negra, e acaba de pedir perdão ao povo negro por sua atuação durante a escravidão, que anuncia políticas externas e internas para valorização da população negra no país, pode ter como líderes pessoas tão despreparadas e insensíveis quando o tema é racismo?”, disse o diretor executivo da Secretaria de Dinamização do Ramo Financeiro do Sindicato dos Bancários do Rio, Júlio Castro. O sindicalista lembra que expressões como “não gosto de preto”, “jamais beijaria um preto”, “manda o crioulo ir na frente”, independentemente de como, quando, onde e porque elas foram proferidas, são de cunho racista.

“A pessoa que a proferiu é ra-



cista. E o racismo deveria ser combatido e denunciado com todas as nossas forças, não apenas em função do Código de Ética da empresa ou do Código Penal brasileiro. Mas não foi assim que aconteceu no Rio de Janeiro, a segunda cidade com maior número de negros e pardos no Brasil. As frases foram ditas por uma terceirizada, dentro de uma dependência do Banco do Brasil, por diversas vezes, e a gestora da agência nada fez”, denuncia o dirigente sindical.

SINDICATO EXIGE APURAÇÃO

Na avaliação de Júlio, há o agravamento da “atuação” da Gepes (Gerência de Gestão de Pessoas), que informada sobre

o fato pelo Sindicato, às 11h53, não entrou em contato com a gestora e só falou com o Sindicato às 16h43, somente para obter mais informações, numa morosidade e omissão inexplicáveis.

“Entendemos que toda denúncia deve ser apurada com a maior responsabilidade possível para que não se incorra em prejuízos e injustiças aos envolvidos. Mas a relevância, a atualidade e o momento em que vive o Banco do Brasil, mereceria dos ‘líderes’ do Rio de Janeiro uma resposta mais efetiva e contundente”, ressaltou o sindicalista, lembrando ainda que “medidas já estão sendo tomadas, mesmo que, aparentemente, não seja esta a intenção dos gestores”.

“Para estes gestores, tudo que tem sido feito e anunciado pela empresa com relação à população negra no país, não passa de ações para ‘inglês ver’, como há 192 anos atrás, quando surgiu esta expressão na era da escravidão no Brasil”, concluiu Júlio.

VISIBILIDADE NEGRA

O Secretário de Combate ao Racismo Almir Aguiar falou sobre mais este caso de racismo nos bancos. “A direção do Banco do Brasil tem o dever de apurar e tomar iniciativas para evitar casos de racismo e combater a discriminação dentro da instituição. Em novembro realizamos o VII Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro e trouxemos uma série de propostas para inclusão de negras e negros no sistema financeiro e propondo inclusive a realização de um protocolo de intenções entre os bancos públicos e os ministérios da Igualdade Racial e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para promover a reserva de 30% dos cargos de confiança nos bancos públicos para cotas raciais, atendendo ao Decreto 11.443/2023, que dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal”, afirmou Almir.

Estado confirma datas dos pagamentos de dezembro para banerjianos

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (Sefaz) confirmou o pagamento da segunda parcela (50%) do 13º salário dos servidores ativos e inativos, inclusive os aposentados do Banerj, para esta quarta-feira (20). Já o pagamento do mês será creditado na sexta-feira (22).

“O Contrato assinado com o Estado, conhecido como “Contratão”, uma conquista dos trabalhadores do banco, fez 25 anos em novembro deste ano e é a garantia que os banerjianos possuem de ter seus



direitos previdenciários respeitados”, disse o diretor do Sindicato dos Bancários do Rio, Ronald Carvalhosa.

“Em tempos em que o governador do Rio, Cláudio Castro (PL) faz pouco caso dos trabalhadores, como foi na rejeição ao Projeto de Lei 3186/20, é importante exaltarmos o ‘Contratão’, que é de fundamental importância para os aposentados, por ser a nossa garantia”, explicou a diretora executiva da Imprensa do Sindicato, Vera Luiza Xavier.